

Anexos do artigo “Políticas públicas para quilombos - Um ensaio a partir do exemplo da Saúde”, de José Maurício Arruti. Tempo e Presença Digital n.11

1 - Marcos cronológicos da política de saúde indígena (resumo)

2 - Resumo, por secretarias, do planejamento de ações do Ministério da Saúde para a população quilombola (a partir de 2004).

ANEXO 1 - Marcos cronológicos da política de saúde indígena (resumo)	
1986	<i>I Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio</i> , em meio ao debate da Reforma Sanitária.
1991	Passagem da saúde indígena da FUNAI para a FUNASA – Criação da COSAI (Coordenação de Saúde Indígena).
1992	<i>II Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio</i> , primeira proposição do conceito dos DSEIs (Distritos Sanitários Especiais Indígenas), apresentados como fundamentais para a implantação de uma “atenção diferenciada”.
1993	Iniciam-se as tentativas de criar os Conselhos locais e regionais de saúde, por meio do movimento indígena, universidades e ongs que trabalham com o tema da saúde indígena.
1995	Adequação da política de saúde no Brasil aos <i>Princípios sobre a Tolerância</i> da UNESCO – que aprofunda o tema do caráter pluricultural do Estado brasileiro por meio da defesa do “caráter multicultural da família humana”. É criado, no âmbito do SUS, o <i>Subsistema de atenção básica nas áreas indígenas</i> , cujas normas de funcionamento estabelecem a obrigação de respeito pelas práticas culturais e aos saberes tradicionais destes povos.
1999	Criação legal dos DSEIs (Medida Provisória 1.911-8 / 29. julho).
2001	<i>III Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio</i> - primeira tentativa de avaliação dos DSEIs e seus dilemas de implementação, do que resultou uma longa lista de proposições corretivas.
2006	<i>IV Conferência Nacional de Saúde Indígena</i> – incorporação de demandas indígenas para o tema, implantação de novos programas, como o de vigilância alimentar e nutricional, saúde bucal e DST/AIDS e avanço na autonomia dos DSEI’s.

ANEXO 2 – Resumo, por secretarias, do planejamento de ações do Ministério da Saúde para a população quilombola (a partir de 2004).	
1 - A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA E O SUS - AÇÕES AFIRMATIVAS PARA AVANÇAR NA EQUIDADE: CONTRIBUIÇÕES DO MS 2004/2005	
GABINETE DO	- Portaria n.º 719, de 16/4/2004, criando o Grupo da Terra, com a finalidade de

<p>MINISTRO</p>	<p>acompanhar a implantação da Política de Saúde para a População do Campo e detalhar as ações a serem implementadas, incluindo um representante da Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Portaria n.º 1.434, de 14/7/2004, conhecida como de incentivo à equidade que, dentre outras providências e fixando critérios específicos, aumenta em 50% o valor atual do repasse relativo às equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal que, nos municípios com população remanescente de quilombos, atuam nesse tipo de comunidades.
<p>SECRETARIA-EXECUTIVA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão de ação no PPA para quilombolas, com recursos previstos para pesquisa de avaliação do impacto, do incentivo à equidade nos municípios onde estão situadas essas comunidades. - Representação do Ministério da Saúde no Comitê Gestor para Formulação do Plano de Etnodesenvolvimento para as Comunidades Remanescentes de Quilombos, conhecido também como Plano Brasil Quilombola.
<p>SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (SVS)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O Programa Nacional de Imunizações (PNI) incluiu, na sua programação com as Coordenações Estaduais de Imunização, atividades de sensibilização e norteamientos, visando à extensão de cobertura e a uma maior qualidade nas ações já existentes, voltadas para a população negra. O Plano Anual de Trabalho (PAT) para 2005 inclui, como ação relevante, a vacinação em quilombos, com a meta de alcançar 95% de cobertura vacinal nas áreas de quilombos com equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF).
<p>FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Portaria Funasa n.º 106, de 4/3/2004, que define como critérios de elegibilidade para financiamento e execução de projetos de saneamento, em municípios com população menor que 30 mil habitantes, comunidades remanescentes de quilombos, assentamentos e reservas extrativistas. - A Fundação dispôs inicialmente de um orçamento de R\$ 10.396.219,71, para o ano de 2004, destinados a comunidades remanescentes de quilombos de Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, São Paulo e Maranhão. Outro montante de R\$ 1.188 milhão foi previsto no Projeto Vigisus II, a ser destinado a regiões quilombolas na Bahia, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. - Realização de 22 ações em quilombos, em 12 estados. - Assinatura (em 14 de dezembro de 2004) do protocolo de intenções para o Programa de Habitação e Saneamento para Quilombos, em parceria com o Ministério das Cidades, a Fundação Palmares e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). O projeto será viabilizado por intermédio da criação de um segmento do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), gerido pelo Ministério das Cidades. Serão investidos, na primeira etapa, R\$ 27 milhões, sendo R\$ 21 milhões recursos do Ministério das Cidades e mais R\$ 6 milhões da Funasa. O programa prevê, no prazo de quatro anos, a execução integrada de ações de moradia e saneamento a fim de melhorar as condições de vida, de aproximadamente 250 mil pessoas que vivem em comunidades quilombolas espalhadas em 743 quilombos por todo o País. Em março de 2004, o Ministério das Cidades iniciou projeto piloto com a comunidade remanescente do quilombo Kalunga, em três cidades do Estado de Goiás (Monte Alegre, Cavalcante e Teresina de Goiás). Uma população de aproximadamente 4.000 pessoas (890 famílias) será beneficiada com a construção de 400 moradias e reforma de outras 400 unidades. - Realização de oficinas de mobilização social e educação em saúde, com as

	<p>comunidades Kalunga e formação de comitê composto por 11 representantes comunitários que darão continuidade ao processo de mobilização, visando a garantir o funcionamento e a sustentabilidade dos projetos de saneamento. O projeto de Melhorias Sanitárias Domiciliares, orçado em R\$ 2,8 milhões, prevê a construção de 1.200 banheiros nas comunidades quilombolas dos municípios goianos. As ações da Funasa são desenvolvidas em parceria com o Ministério das Cidades, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), a Caixa Econômica Federal (CEF), a Agência Goiana de Habitação (AGHAB), a Fundação Palmares e a Fundação Universidade de Brasília (Fubra).</p>
--	--